

INTERVENÇÃO DE TRIBUNA

Programa X Governo Regional dos Açores

Cultura

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

A Cultura é um bem de primeira necessidade. Dizer o contrário é um equívoco. Não é um luxo, ou uma mordomia como agora se diz. Os hábitos criam o gosto. E sem hábitos não há gosto que lhe resista. Se nunca ouvirmos as Sinfonias de Beethoven nunca saberemos o prazer que delas se pode retirar. Pressupor que isso não é uma prioridade, ou pior assumir que uma determinada população não dispõe de mecanismos de descodificação para usufruir de determinada obra - é um grave equívoco. Não conferir o acesso generalizado à Cultura é passar-lhe um atestado de menoridade. E felizmente não é a isso que temos assistido nos Açores.

Com os governos do Partido Socialista, tem-se verificado um aumento contínuo nos orçamentos para a Cultura.

A recente alteração orgânica e a sua passagem tutelar para a vigência directa da presidência do governo confere-lhe um estatuto de maioria e de transversalidade na acção governativa. A Cultura desempenha, assim, um papel primordial de condução de uma sociedade mais informada, mais livre e democrática.

E que objectivos tem o Partido Socialista para a política cultural nos Açores do século XXI?

As medidas a implementar reflectem uma orientação concertada com políticas já implementadas em anos recentes e que paulatinamente têm vindo a construir uma rede, que se quer ainda mais coesa.

Deste modo, e aliado ao conjunto harmónico que compõe o arquipélago está subjacente o património cultural das ilhas sob o qual estão centradas muitas das linhas programáticas do X Governo Regional.

Neste sentido, a rentabilização dos conhecimentos e restantes mais-valias obtidos com os programas de preservação e valorização do património cultural, postos em prática nos últimos anos, com ênfase particular para o Centro de Conhecimento dos Açores, a par com os inventários do património cultural em curso, com destaque para o Inventário do Património Imóvel, são alguns dos objectivos concretos a desenvolver durante a próxima legislatura e cujo trabalho se afigura como fundamental na consolidação de um património comum.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Os Açores como região territorialmente descontinuada apresentam na sua génese uma Cultura transversal a todas as ilhas, mas simultaneamente desfragmentada, plural e assente na diversidade.

Fruto da multiplicidade de agentes de cultura que por via da sua criatividade, a título individual ou integrados na

profícua tradição associativa cultural e recreativa, presente nas ilhas, e na medida em que também ela se constitui como um precioso bem do património cultural a preservar, possuímos uma preciosa herança, com acento nas tradições populares, que constituem, elas próprias, a base de partida para outras perspectivas contemporâneas que se impõem no mundo de hoje.

Numa comunidade que se quer com passado e legado para o futuro, impõe-se um equilíbrio entre a tradição e a modernidade, sendo que as rupturas têm de coexistir através da criação e da fruição culturais, constituindo-se, estas, como parte integrante da formação de cada cidadão.

Nos últimos anos, e consubstanciando este mesmo objectivo, o Governo Regional tem sido o veículo promotor de eventos descentralizados para uma fruição igualitária, dentro do possível, no acesso à cultura nos Açores.

Esta medida pretendeu e pretende combater o eventual factor de exclusão constituído através da figura da dupla insularidade, ou seja: primeiro a de natureza externa, na relação dos Açores com o país continental; e a segunda,

interna, presente na interacção das ilhas entre si, das pequenas em detrimento das maiores, e que embora mais ténue, persiste e à qual foi concedida a maior atenção.

O objectivo primordial desta execução foi e será a de permitir a todos açorianos o acesso a bens a que, por motivo da insularidade e da distância face aos grandes centros de decisão e de criação culturais e artísticos, dificilmente teriam acesso. O Governo Regional, por via desta acção, tem contemplado todas as ilhas da Região, sendo justo, aqui referenciar, um dos exemplos maiores desta intervenção - o Festival MusicAtlântico.

A par destas iniciativas descentralizadas ficou, por seu turno, evidente a necessidade urgente de modernizar algumas das estruturas existentes, bem como, de dotar tecnicamente algumas das ilhas com equipamentos de alargada valência cultural. E, nessa medida, o Governo Regional tem vindo a assumir um papel preponderante, no que a equipamentos culturais diz respeito.

Estes são investimentos fundamentais na prossecução de uma política que visa aliar a formação à fruição,

transformando estes espaços em objectos de proximidade, tanto quanto possível, de modo a interligar aquilo que nos chega, do exterior, com aquilo que produzimos localmente.

Paralelamente, e aglutinada à função associada a estes equipamentos no desempenho em prol da promoção da cultura, estas intervenções são, em alguns casos, formas de preservação do património histórico e da memória colectiva, revistas à luz de uma leitura contemporânea que lhes consubstancia e valoriza o património existente.

Exemplo máximo da excelência a que o programa do X Governo Regional se propõe realizar, destacamos: o Arquipélago – Centro de Arte Contemporânea, localizado na Ribeira Grande, ilha de São Miguel; a nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo e todas as obras de construção e requalificação a desenvolver ou em curso na maior parte dos museus que integram a rede regional.

No que aos apoios às actividades culturais diz respeito têm sido introduzidas, nos últimos anos, alterações significativas ao sistema de incentivos concedidos, por

forma, a melhorar a sua eficácia. Incentivos esses que visam assegurar a dinamização, a promoção, a formação, a criação de hábitos e de novos públicos.

Se é certo que melhorias houve na celeridade da apreciação dos processos outras haverá que saber introduzir no sentido de aos agentes culturais ser exigido maior rigor nas propostas apresentadas, numa revisão dos apoios concedidos, no sentido de corresponder a um público cada vez mais exigente e numa acção concertada com a Direcção Regional da Cultura, de modo a serem dados passos para uma maior articulação de projectos com o intuito de construir eventos sólidos, com dimensão e relevância regional e nacional e que por essa forma sejam eles próprios reprodutivos e não apenas uma mera iniciativa que possa passar despercebida e sem reconhecimento cultural de relevo. Não obstante, existem sempre excepções, como é óbvio.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

A Cultura representa um papel primordial na construção do desenvolvimento dos Açores.

E, partindo deste pressuposto, consta do programa do X Governo Regional uma medida de concertação que visa a interligação entre Cultura, Ambiente e Turismo, dando lugar a uma tríade endógena, cujas áreas de actuação se encontram intimamente ligadas e que são na sua essência interdependentes.

Nesta medida e como forma de racionalizar sinergias e recursos estão abertos os caminhos para o trabalho em rede, por intermédio de uma cooperação interdepartamental na construção de objectivos comuns e que passam pela divulgação do património cultural e natural dos Açores, como um todo harmonioso, inseparável, de valor acrescentado e que importa preservar por forma a potenciar (mos) a sua promoção turística.

Com esta extensão do âmbito cultural deparamo-nos com aquilo a que se denomina de - turismo cultural. O tipo de turista associado a este tipo de segmento caracteriza-se por ser urbano, com formação superior e um forte interesse pelo

ambiente. Procura as tradições do local que visita através da fruição de museus, livrarias, casas-museu, monumentos, publicações especializadas de modo a “recolher” a informação que necessita. A integração dos passeios pedestres e toda uma série de ofertas turísticas ditas ambientais, transforma-as, igualmente, em experiências culturais.

Com a prossecução deste objectivo programático a Cultura pode e deve ser entendida como reprodutiva em termos económicos, quer pelas consequências directas e indirectas que advêm desta medida quer por toda uma série de novas competências geradoras de novas empresas, novas profissões e de trabalho qualificado.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Perante um público cada vez mais exigente, é importante a consolidação de políticas culturais transversais a toda a

população, sem omitir as idiossincrasias que nos unem e fazem dos Açores uma realidade singular e com futuro.

...

Antes de terminar gostaria apenas de felicitar o Presidente do Governo pela nomeação da pianista Gabriela Canavilhas para o cargo de Directora Regional da Cultura, cujo percurso trará, estou certo, grandes concretizações e dinamismo para o devir cultural da Região.

Alexandre Pascoal

Horta, 09 de Dezembro 2008